

OAB quer plebiscito antes da Constituinte

CORREIO BRAZILENSE

5 JUL 1985

ANC 88
Pasta 10/85-1
048/1985

Congresso Nacional Constituinte ou Assembléia Nacional Constituinte? O que quer o povo? Esta é uma pergunta que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Herman Baeta, acha que deve ser feita à Nação antes da aprovação da Emenda Sarney, que convoca a eleição dos constituintes para 15 de novembro do ano que vem.

A sociedade civil prefere uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, ou seja, separada do Congresso. Pelo menos é o que afirmam seus representantes, através da OAB, da Igreja, das duas centrais de trabalhadores (CUT e Conclat) e da maioria dos juristas chamados a se manifestar sobre o tema na Comissão Mista que estuda a emenda presidencial e nos seminários sobre Assuntos Constituintes que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara promoveu no mês passado.

Os parlamentares e o presidente Sarney querem um Congresso com poderes constituintes, sob a argumentação de que ele representa o povo e que a realização de duas eleições ficaria muito cara ao País, entre outras justificativas.

Mas nenhuma consulta à Nação foi feita para se saber quem tem razão. O impasse criado entre as duas correntes de opinião deixa em má situação o relator da Comissão Mista, depu-

tado Flávio Bierenbach, obrigado a dar um parecer à Emenda Sarney até o dia 20 deste mês.

Na Câmara, alguns deputados já se organizam para derrotar a Emenda Sarney, por considerá-la antidemocrática, e do lado de fora a a sociedade civil pressiona o relator da Comissão para apresentar um substitutivo à Emenda do Presidente. A solução para o impasse, na opinião do presidente da OAB, Herman Baeta, é a realização de um plebiscito antes de votar a Emenda Sarney, para que o Presidente não saia desgastado desta questão.

CONSTITUINTE EM MARÇO

A posição de Herman Baeta, que até então era intransigente em relação a uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, mudou um pouco após sua conversa com Ulysses Guimarães, quando este se encontrava no exercício da Presidência, em 24 de setembro.

Temendo uma derrota da Emenda Sarney no Congresso, ou a sua aprovação contra a vontade popular, ele vai propor ao presidente da Câmara, quando de sua visita à OAB do Rio, a alternativa do plebiscito no parecer do relator Flávio Bierenbach.

Ele acredita que o plebiscito possa ser realizado em

fevereiro do ano que vem. Se o povo apolar a idéia do Congresso com poderes constituintes, segue-se o esquema normal proposto da Emenda Sarney, ou seja, eleições em 15 de novembro de 86.

Se o povo pedir uma Assembléia Nacional exclusiva, Herman Baeta acha que ela deve ser eleita imediatamente após o plebiscito e empossada em março. Assim, os parlamentares que compõem o Congresso atual poderiam se candidatar, licenciando-se do mandato, que seria ocupado pelos suplentes.

Quanto aos gastos com a realização de um plebiscito, uma eleição para a Assembléia Constituinte e outra para a renovação do Congresso, tudo no próximo ano, Baeta não se preocupa: "O Governo gasta muito mais para cobrir os escândalos na área financeira", argumenta.

Ele já não defende tanto a candidatura de pessoas desvinculadas de partidos, afirmando que isso seria o ideal, mas não o mais importante. Quanto à campanha em tão curto espaço de tempo, o presidente da OAB diz que a solução está na abertura de amplos debates com a população, atitude que a sociedade civil vem tomando, em detrimento dos partidos políticos, que na sua opinião estão inativos em relação ao assunto.

Baianos debatem a história da Carta

Salvador — A reunião de seis deputados balanos que fizeram parte da Assembléia Constituinte Estadual de 1935 e um concurso de monografias sobre o tema "Contribuições para elaboração da nova Constituinte do Brasil" abrirão, a partir da próxima semana, a série de debates que a Assembléia Legislativa da Bahia está promovendo para intensificar com os setores organizados da sociedade balana as discussões em torno da nova carta.

A reunião dos constituintes Alberico Fraga, Antônio Balbino de Carvalho Fi-

lho, José Freitas Jatobá, Manoel Pinto Aguiar, Octávio Pedreira da Silva e Vicente Pacheco de Oliveira pretende resgatar as memórias de luta pela conquista do estado de direito democrático a partir da Segunda República. "E projetar para os dias atuais", destacou o primeiro vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Filemon Matos, "as experiências de toda essa trajetória histórica repleta de golpes e intransigências autoritárias que marcaram o processo democrático brasileiro".

Os três melhores trabalhos selecionados serão entregues ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, como subsídios à nova Constituinte. Na opinião do primeiro vice-presidente do Legislativo balano qualquer comissão constituída para elaborar sugestões "não poderá ferir o princípio da soberania da futura Constituinte, sob pena de descaracterizá-la". O que vai prevalecer é a legitimidade da vontade popular com poderes amplos e soberania para elaborar a futura Carta.